



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

Apresentação: 27/06/2025 17:15:10.577 - CASP

REQ n.55/2025

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº , DE 2025. (Da Sra. Professora Luciene Cavalcante)

Requer que seja autorizada pela Comissão de Administração e Serviço Público a realização de Seminário no Estado de São Paulo para debater a proposta de reforma administrativa.

Senhor Coordenador,

Nos termos regimentais requero, ouvido o Plenário desta comissão, que seja autorizada a realização de Seminário no Estado de São Paulo para debater os impactos das propostas de reforma administrativa em tramitação no Congresso Nacional, com ênfase nas ameaças aos direitos dos servidores públicos.

A definição do formato e dos expositores se dará após a aprovação do requerimento pelo Plenário da Comissão, visando contemplar as especificidades do Estado de São Paulo e seus municípios.

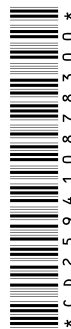
JUSTIFICATIVA

A insistente tentativa de avançar com uma reforma administrativa de caráter regressivo, como propõe a PEC 32/2020, tem despertado ampla preocupação entre servidores públicos, especialistas e entidades da sociedade civil. A proposta, longe de buscar a modernização da máquina pública com foco na valorização do serviço público, fragiliza direitos fundamentais, como a estabilidade funcional, o regime



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 617 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tel (61) 3215-5617 | dep.professoralucienecavalcante@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259410878300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

jurídico único e o acesso por concurso público, pilares que asseguram a imparcialidade, a continuidade e a eficiência administrativa.

Além disso, a previsão de novos vínculos precários e a ampliação das possibilidades de contratação por tempo determinado sem concurso, associadas à autorização para celebração de instrumentos de cooperação com a iniciativa privada, sinalizam uma clara intenção de transferir para o setor privado a prestação de serviços públicos essenciais, com potencial impacto negativo na universalização, gratuidade e qualidade do atendimento à população.

Diante da relevância e da gravidade do tema, é urgente promover uma audiência pública que reúna representantes de entidades sindicais, especialistas em administração pública e membros da sociedade civil organizada, a fim de aprofundar o debate sobre os riscos envolvidos nessa reforma e defender um modelo de administração pública comprometido com o interesse público, a valorização do funcionalismo e a proteção dos direitos sociais.

Sala da Comissão, de junho de 2025.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE
Deputada Federal - PSOL/SP

